

Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira  
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

# EDUCAÇÃO II



Atena  
Editora  
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira  
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

# EDUCAÇÃO II



Atena  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2 /  
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André  
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,  
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0201-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.015220906>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da  
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).  
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e ataque as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Atuação do estado e da sociedade civil na educação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

SOCIEDADE, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO POLICIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Eduardo Nunes Jacondino


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209061>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: TEORIA E PRÁTICA

Maria da Conceição Dal Bó Vieira

Sandra Cristine Arca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209062>

### **CAPÍTULO 3..... 21**

DESAFIOS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Roberta Souza da Silva Ferreira

Larissa Oliveira Guimarães


Maria Andresiele Andrade Carvalho

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade

Crismilla dos Santos Silva

Maria Rita Ribeiro dos Santos

Tamires Souto Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209063>

### **CAPÍTULO 4..... 30**

PROJETO #SEXTOUPEDAGÓGICO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BENEVIDES, PARÁ, BRASIL

Kelly Lene Lopes Calderaro Euclides

Francilene Sodrê da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209064>

### **CAPÍTULO 5..... 36**

FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rosivane Sousa Pereira

Rosiane Sousa Pereira

Cleonice Pedreiro Mesquita

Roseane Silva de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209065>

### **CAPÍTULO 6..... 43**

PROPOSTAS PARA MELHORIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) POR MEIO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE

SÃO LUÍS – MA

Rosa Coelho Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209066>

**CAPÍTULO 7.....58**

MINHA AULA MIGROU PARA O WHATSAPP, E AGORA? O USO DE APLICATIVOS MULTITAREFAS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS

Jeanne de Jesus Rodrigues

Viviane Aparecida Rodrigues


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209067>

**CAPÍTULO 8.....68**

O QUE TEM NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ/MS? DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ESCOLAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Silvano Artur Busch Vergutz

Marsiel Pacífico


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209068>

**CAPÍTULO 9.....87**

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS APENADOS DO SÍLVIO PORTO

Maria Bernadete Rodrigues do Nascimento

Maria de Fátima Leite Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209069>

**CAPÍTULO 10.....110**

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: BUSCAR OUTROS CAMINHOS, OUTRAS PERSPECTIVAS

Daiana Camargo

Sirlene Delgado

Andreliza Cristina de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090610>

**CAPÍTULO 11.....123**


O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS: DESAFIOS DURANTE O CONTEXTO PANDÊMICO

Disraely da Silva Machado Fernandes

Louriane Lindoso Moraes

Natalia Moreira de Carvalho Campos

Kaciana Nascimento da Silveira Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090611>


**CAPÍTULO 12.....135**

METODOLOGÍAS ACTIVAS EN EL MODELO COMPRENSIVO RESTAURADOR

Normiña Murillo Murillo

Yulieth Paola Narváez Buelvas

Jeniffer Ximena Vega Fajardo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090612>

**CAPÍTULO 13..... 148**

O CONTEXTO EDUCACIONAL DE SALINAS-MG NA DÉCADA DE 1950: “MEU PAI CHEGOU A COMBINAR TUDO PARA ME MANDAR ESTUDAR FORA[...]”

Lílian Gleisia Alves dos Santos

Felipe Eduardo Ferreira Marta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090613>

**CAPÍTULO 14..... 165**

TODA FAMÍLIA É IGUAL? REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NA LITERATURA INFANTIL HÍBRIDA

Berenice Rocha Zabbot Garcia

Nicole de Medeiros Barcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090614>

**CAPÍTULO 15..... 181**

PROTAGONIZANDO E SUBMERGINDO NO ODS 6: UMA PROPOSTA DE AULA PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Andreia Oliveira Barreiros

Rachel Helena Gachet Silva

Suellen Gueiros Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090615>

**CAPÍTULO 16..... 190**

AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFES CAMPUS IBATIBA: A POLÍTICA DE COTAS E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS CURSOS TÉCNICOS


Gilberto Mazoco Jubini

Charlles Monteiro

Shayane Ferreira dos Santos

Veruschka Rocha Medeiros Andreolla

Carlos Henrique Medeiros de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090616>

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 205**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 206**

# CAPÍTULO 11

## O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS: DESAFIOS DURANTE O CONTEXTO PANDÊMICO

*Data de aceite: 01/06/2022*

*Data de submissão: 02/04/2022*

### **Disraely da Silva Machado Fernandes**

Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica/PPGEEB/UFMA  
São Luís/MA  
<http://lattes.cnpq.br/1474668164697597>

### **Louriane Lindoso Moraes**

Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica/PPGEEB/UFMA  
São Luís/MA  
<http://lattes.cnpq.br/3901997890900361>

### **Natalia Moreira de Carvalho Campos**

Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica/PPGEEB/UFMA  
São Luís/MA  
<http://lattes.cnpq.br/8558560360799306>

### **Kaciana Nascimento da Silveira Rosa**

Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica/PPGEEB/UFMA  
São Luís/MA  
<http://lattes.cnpq.br/1938411783822467>

**RESUMO:** Diante da pandemia de Covid-19 no Brasil, surgiu a necessidade de mudanças para o enfrentamento desse momento de crise. Uma dessas mudanças, foi a substituição das aulas presenciais, pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE), oferecido, geralmente, por meio de plataformas virtuais. Desse modo, o presente artigo faz uma análise da utilização

de aulas remotas no Atendimento Educacional Especializado/AEE para surdos, por ocasião do distanciamento social imposto frente a pandemia da Covid 19, e suas implicações no processo de ensino dos educandos de uma escola da rede municipal de São Luís/MA. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de carácter exploratório, realizada de forma remota, por meio de questionários. Os participantes da pesquisa foram quatro professores que atuam no AEE para surdos e quatro estudantes surdos. Para a análise das respostas, utilizou-se como referencial teórico-metodológico, o materialismo histórico-dialético e definiu-se, como categorias de análise, as seguintes: processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos durante o ensino remoto; e desafios do ensino remoto para o AEE de estudantes surdos. Nossas análises apontam que, apesar das adversidades, os professores precisaram apresentar uma resposta rápida, à situação de crise imposta, bem como tiveram que reorganizar suas estratégias e metodologias de ensino, no intuito de continuarem oferecendo acompanhamento pedagógico especializado aos estudantes surdos incluídos no ensino regular comum.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aulas remotas; estudante surdo; atendimento educacional especializado.

### EMERGENCY REMOTE TEACHING (ERT) AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE FOR THE DEAF: CHALLENGES DURING THE PANDEMIC CONTEXT

**ABSTRACT:** In front of the Covid-19 pandemic in Brazil, the need for changes arose to face this

moment of crisis. One of these changes was the replacement of face-to-face classes with Emergency Remote Teaching (ERT), offered through virtual platforms. In this way, this article analyzes the use of remote classes in Specialized Educational Service for the deaf, due to the social distance imposed in the face of the Covid 19 pandemic, and its implications for the teaching process of students in a school of the municipal network of São Luís/MA. This is a research with a qualitative approach, of an exploratory nature, carried out remotely, through questionnaires. The research participants train four teachers who work in the Specialized Educational Service for the deaf and four deaf students. For the analysis of the answers, the historical-dialectical materialism was used as a theoretical-methodological reference and the following categories of analysis were defined: teaching and learning process of deaf students during remote teaching; and challenges of remote teaching for the AEE of deaf students. Our analyzes indicate that, despite the adversities, the teachers needed to present a quick response to the imposed crisis situation, as well as they had to reorganize their teaching strategies and methodologies, in order to continue offering specialized pedagogical support to deaf students included in regular education.

**KEYWORDS:** Remote classes; deaf student; specialized educational service.

## 1 | INTRODUÇÃO

Diante do cenário de pandemia do *SARS-CoV-2* – Covid-19, que surgiu em meados de dezembro de 2019, na China, e se alastrou rapidamente pelo mundo, observou-se que as pessoas foram colocadas em situações muito diferentes das que estavam acostumadas. Mudou-se rotinas e hábitos, principalmente os relacionados a interação social, devido a letalidade e propagação do vírus. No que se refere a área educacional brasileira, os impactos foram significativos. Isso porque, o ensino presencial foi suspenso, inicialmente, e, em seguida, foi substituído pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE), oferecido por meio de plataformas virtuais.

Cabe-nos ressaltar que educação *online* é diferente de ensino remoto. Isso porque os cursos *online* são resultantes de meses de planejamento, organização e desenvolvimento de plataformas virtuais. Hodges et al. (2020, p.6) explica que, ao contrário de metodologias de ensino projetadas para serem *online*, o Ensino Remoto Emergencial “é uma mudança temporária para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise”. O ERE utiliza soluções de ensino totalmente remotas, visando promover acesso temporário às metodologias e conteúdos educacionais durante uma emergência ou crise.

Entende-se que é difícil, mediante uma situação de pandemia, que professores se tornem imediatamente especialistas no ensino e aprendizagem à distância, de forma remota. Vê-se que as mudanças exigidas para a essa situação afetaram não só as escolas, mas aos alunos e suas famílias.

Diante dessa realidade, viu-se a necessidade de realizar adaptações nos atendimentos educacionais especializados para educandos surdos, como em toda sala de aula que atende o público-alvo da educação especial. Desse modo, o presente artigo faz

uma análise da utilização de aulas remotas no Atendimento Educacional Especializado/AEE para surdos, por ocasião do distanciamento social imposto frente a pandemia da Covid 19, e suas implicações no processo de ensino dos educandos.

Nesse sentido, espera-se que este estudo possa identificar quais as principais dificuldades encontradas pelos alunos no ensino remoto de emergência; verificar de que maneira o professor adequa suas metodologias para o ensino remoto emergencial; e destacar como o uso das plataformas digitais impacta no ensino do AEE.

## **2 | ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/AEE PARA SURDOS**

A Educação Especial, como uma modalidade de ensino que perpassa toda a educação básica, não se caracteriza nem como um nível de ensino e nem substitui a sua escolarização básica, por isso os alunos público-alvo da educação especial devem estar regularmente matriculados no ensino comum, bem como devem estar frequentando e recebendo a complementação/suplementação de escolarização por meio do Atendimento Educacional Especializado/AEE, no contraturno (BRASIL, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN N° 9.394/96, é um importante documento no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência. Esse documento ampara os educandos e os sistemas educacionais de ensino, no que tange a educação especial. A Lei, no seu artigo 58, ressalta:

Art.58 – Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1o – haverá quando necessário serviço especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2o – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

A oferta do AEE é uma das ações que tem proporcionado mudanças significativas na organização da escola e na qualidade das respostas dadas às necessidades dos alunos. O AEE está fundamentado nos seguintes documentos:

Decreto Federal N° 7611/2011 que dispõe sobre a oferta deste atendimento, como também sobre a distribuição de recursos do FUNDEB no que se refere ao cômputo de dupla matrícula dos alunos, ou seja, matrícula concomitante no ensino regular e no atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2011).

Resolução CNE/CEB2 n° 04/2009 e parecer CNE/CEB N° 13/2009, que estabelecem as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.(BRASIL, 2009).

O AEE é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente e prestado de forma complementar ou suplementar a

formação dos estudantes público alvo da educação especial regularmente matriculados no ensino regular. (BRASIL, 2011).

A Constituição Federal de 1988, no art.208, inciso III faz referência ao atendimento educacional especializado:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados e material e equipamentos públicos adequados e de vaga em escola próxima sua residência.

Quando nos reportarmos ao Atendimento Educacional Especializado, sabemos que ele é ofertado para atender as necessidades específicas dos alunos públicos-alvo da educação especial, portanto é importante saber quem compõe esse público.

Segundo o Art. 4 da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, considera-se público-alvo da educação especial:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais de desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo na infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades / superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASL, 2009)

Em relação ao AEE para pessoas com surdez, foco deste trabalho, o serviço parte das necessidades específicas desse público, em que a construção de experiências e vivências, bem como adaptações curriculares e metodologias, são asseguradas por mecanismos legais.

A Lei nº 10.436/2002, o Decreto 5.626/2005, e a Lei nº 13.146/2015, garantem o reconhecimento e a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira Língua L1 e o direito a profissionais tradutores e intérpretes de Libras nas escolas e espaços públicos.

O AEE para a pessoa com surdez promove ao aluno surdo o conhecimento das duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Tal atendimento visa uma educação bilíngue, pautada no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e linguístico.

“A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado” (DAMÁZIO, 2007, p.14).

Ainda segundo Damázio (2007, p.14), o AEE envolve três momentos didático

pedagógicos:

a) AEE em Libras: Trabalha os conteúdos curriculares que estão sendo estudados em sala comum.

b) AEE de Libras: os conteúdos curriculares são explicados nessa língua, por um professor/instrutor de libras (preferencialmente surdo). Os alunos com surdez terão aulas de LIBRAS, que favorecerá o conhecimento e a aquisição da língua de sinais.

c) AEE para ensino de Língua Portuguesa: são trabalhados aspectos dessa língua. É ensinado aos alunos português na modalidade escrita. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa.

A Lei Brasileira de Inclusão Nº13.146/2015, em seu Art. 28, atribui ao poder público a responsabilidade de criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar. Os parágrafos II e IV garantem:

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas ( BRASIL, 2015).

Observa-se, portanto, que tais leis foram fundamentais para uma educação mais inclusiva no âmbito da surdez, em que as especificidades linguísticas, culturais, de identidade, e as necessidades de aprendizagem foram evidenciadas. Nesse contexto, ressalta-se a importância do AEE para os surdos como um espaço de aprendizagem da Libras, por meio de recursos visuais e pedagógicos, além de que a escola, no contexto atual, precisa ofertar o ensino bilíngue para os surdos, contemplando no currículo e no PPP (Projeto Político Pedagógico).

A legalização da língua de sinais por meio da Lei da Libras, Lei nº 10.436/2002, foi um grande avanço para os surdos brasileiros, porque trouxe o reconhecimento da diferença linguística marcada pela modalidade visual espacial da Libras, diferentemente da língua portuguesa que é oral auditiva. (RIBEIRO, 2015).

As línguas expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social. Os surdos brasileiros usam a Língua Brasileira de Sinais, uma língua visual-espacial que apresenta as propriedades específicas das línguas humanas (QUADROS, 2006).

### 3 | METODOLOGIA

O Atendimento Educacional Especializado para surdos e o Ensino Remoto



Emergencial (ERE) apresentaram-se como debates necessários, principalmente quando estes se entrecruzaram durante a pandemia da Covid 19. Diante das medidas tomadas nesse momento de crise, questões como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos alunos precisaram ser consideradas no momento de reorganização dos sistemas de ensino.

Sabe-se que a metodologia de uma pesquisa serve para descrever o percurso realizado pelo pesquisador, detalhando a sua organização e suas etapas de desenvolvimento. Assim, esta pesquisa é de abordagem qualitativa e, como destaca Minayo (2008), na pesquisa qualitativa, o importante é ser objetivo durante a sua investigação, reconhecer o objeto de estudo, analisando o tema, usar técnicas de coleta de dados adequadas e analisando, por fim, o material na sua forma contextual. O trabalho aborda o ensino remoto emergencial no Atendimento Educacional Especializado/AEE para surdos, no período de pandemia, e suas implicações no processo de ensino dos educandos.

Dessa forma, o critério para inclusão dos participantes na amostra foi o de serem professores e estudantes surdos do Atendimento Educacional Especializado de Surdez da Escola Municipal Integral Bilíngue, no município de São Luís/MA. Também, definiu-se como critério de inclusão professores e estudantes surdos que continuaram a participar das aulas no formato remoto. Dessa forma, o estudo contou com 4 professores e 4 alunos surdos participantes. Observa-se que o número de alunos respondentes foi mínimo; isso porque no período da aplicação do questionário, a maioria dos alunos surdos, não mantiveram contato com os serviços do AEE, por se tratar dos meses iniciais de suspensão das atividades presenciais. No entanto, por considerar que esta temática é de suma relevância para a área das Metodologias de Ensino, bem como para a Educação Especial, e que a não participação dos alunos nos atendimentos especializados, nos primeiros meses de ensino remoto, também é um dado importante de ser investigado e analisado, optou-se por apresentá-los. Os nomes dos participantes não foram citados no presente estudo, obedecendo, dessa forma, os procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário *online*, no formato *Google Forms*, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, de forma simplificada e segura.

A aplicação do questionário ocorreu por meio de um *link*, que foi encaminhado para a coordenação da escola e, em seguida, compartilhado com professores e alunos surdos da classe do AEE de Surdez da escola pesquisada. O link que foi compartilhado e respondido ficou disponível durante o mês de agosto de 2020, período em que o ensino presencial estava suspenso nas escolas municipais de São Luís/MA, assim como no país inteiro.

Para a análise das respostas, utilizou-se como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Assim, a interpretação do material coletado foi realizada a partir de categorias que balizam a reprodução do concreto por meio do pensamento

(AGUIAR E MACHADO, 2016). Desse modo, para a realização da análise dos dados, definiu-se as seguintes categorias de análise: processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos durante o ensino remoto; e desafios do ensino remoto para o AEE de estudantes surdos.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a primeira categoria de análise – processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos durante o ensino remoto –, a pesquisa apontou que os professores fizeram uso, para o Ensino Remoto Emergencial, dos aplicativos de mensagem, de vídeos-aulas e de atividades impressas que os pais, em horários agendados, buscavam na escola.

Sabe-se que, devido a pandemia, as aulas remotas surgiram como uma opção para fornecer atendimentos nas instituições escolares, tanto em salas do ensino comum, como em salas de atendimento educacional especializado. Os professores tiveram que adequar suas metodologias para os atendimentos de forma remota, em caráter emergencial, sem formação didático-pedagógica para realizar tal mudança.

A tecnologia digital, frente a essa situação de distanciamento social imposta, surgiu como uma aliada das escolas e, conseqüentemente, para o processo de ensino e aprendizagem. Bersch (2013) refere-se a evolução da tecnologia como forma de tornar a vida mais fácil com as ferramentas tecnológicas, que são aliadas, e que utilizamos constantemente até sem percebermos, simplificando nossos afazeres e facilitando o nosso cotidiano.

No entanto, modificar o modo de ensinar, não se configurou como tarefa fácil para os professores investigados. Shimazaki et.al. (2020), em sua pesquisa, afirmaram que uma das causas que tornou o ensino remoto mais difícil foi a falta de formações aos professores na área de Tecnologias da Informação (TI).

No entanto, professores que possuíam habilidades e conhecimentos para fazer uso das tecnologias digitais, puderam, desde o início da pandemia, fazer uso de ferramentas para reuniões virtuais e videoconferência como *Google Meet*, assim como usaram softwares para gravação e/ou edição de vídeos em língua de sinais para o ensino. Rocha et. al. (2020), em pesquisa realizada durante a pandemia, concluíram que as tecnologias digitais foram essenciais para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Além disso, os professores puderam interagir com os demais colegas, direção e equipe pedagógica, buscando ações quanto a compreensão e uso das tecnologias digitais para o desenvolvimento de metodologias de ensino.

Cabe ressaltar que, além do uso de ferramentas digitais, os professores também organizaram materiais impressos para os estudantes surdos realizarem em casa. Contudo, estudar sem interação e a mediação da língua de sinais entre alunos e professores, trouxe outro dado agravante – a evasão dos alunos surdos do AEE.

No que se refere a assiduidade dos alunos, verificou-se, em nossa pesquisa, que apenas um educando frequentava todas aulas; um frequentava às vezes; e dois raramente frequentavam. Tal resultado foi preocupante, visto que a substituição das aulas presenciais por aulas remotas ocasionou o afastamento das atividades escolares não só dos estudantes que não mantiveram contato como os serviços oferecidos pelo AEE, mas também da metade dos alunos pesquisados.

Desse modo, nota-se que, nos primeiros meses de pandemia, o formato de ensino remoto excluiu mais que incluiu. Infelizmente, nossos dados apontam que os estudantes surdos que não tiveram acesso às tecnologias digitais e/ou não conseguiram se adaptar às ferramentas que a tecnologia digital exige, ficaram de fora do processo de ensino. Tais resultados são parecidos com os encontrados por Rocha et. al. (2020), visto que, das principais dificuldades pontuadas pelos autores, está o fato de muitos estudantes não terem acesso as tecnologias digitais. Os autores também mencionaram os problemas de conexões e as limitações dos professores em articular o uso das tecnologias ao processo de ensino.

Sobre quais seriam as principais dificuldades encontradas no trabalho realizado com os alunos, os professores responderam que foi a falta de feedbacks em relação as tarefas; as dificuldades de acesso a internet e a falta de acompanhamento dos pais.

De acordo com Laguna et. al. (2021, p. 407), “a decisão de continuar com as atividades escolares no lar implica que as famílias assumam a educação formal das crianças”. Porém, os autores explicam que essa solução foi pensada para famílias que possuem condições materiais e disponibilidade de tempo para realizá-la, desconsiderando famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em que os membros adultos trabalham ou possuem limitações. No caso do estudante surdo, pode-se ter como limitação o desconhecimento da Libras para a orientação e/ou acompanhamento das atividades escolares.

Em relação aos desafios do ensino remoto para o AEE de estudantes surdos, sabe-se que as aulas remotas se tonaram uma das alternativas possíveis para os professores da escola continuarem realizando os atendimentos com os educandos da sala de AEE. Isso significa a utilização de ferramentas tecnológicas como o aplicativo de mensagem (*WhatsApp*) e gravação de vídeos em Libras como meios essenciais no restabelecimento da comunicação do atendimento, promovendo implicações positivas pois mantém o vínculo dos educandos com a escola, seus professores e colegas de sala de aula. Entretanto, verificou-se que nem todos os educandos possuíam acesso aos recursos tecnológicos e à internet, o que evidencia, como já mencionado, que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foram os mais prejudicados nesse formato de ensino.

A frequência das aulas também foi uma das preocupações identificadas em nossa pesquisa, visto que a maioria dos estudantes surdos só participavam de um encontro semanal, apesar dos serviços do AEE serem oferecidos em outros dias da semana.

Quando questionados quais seriam as principais dificuldades em relação as aulas

remotas, os estudantes relataram o acesso limitado à internet e a não adequação das aulas para o formato do ensino remoto.

O levantamento feito com os alunos apontou que a maioria encontrou dificuldades para compreender as atividades propostas. Isso significa que, dentro do universo da realidade dos alunos atendidos de forma remota no AEE/Surdez, a maioria não se adaptou ao modelo de aula oferecido, preferindo as aulas presenciais.

Outro ponto agravante nessa análise é o alto índice evasão às aulas, indicando que o não uso da internet foi um grande entrave, visto que muitos alunos não tem internet de qualidade, nem condições de acessá-la para participar das aulas.

Como analisa Castells (2003), a questão do acesso a internet parte de uma realidade centralizada. Dessa forma, têm aqueles que ficam sem acesso, à margem de um acesso limitado, ou ainda os que não tem um uso tão eficiente da rede. Esses fatores em sua complexidade são bem expressivos em plena era da informação, uma realidade desigual na sociedade.

Os alunos também apontaram que não gostaram do formato do ensino remoto, porém atribuíram como positivo a interação com os professores nas aulas por videochamada, nesse período de suspensão das atividades presenciais.

Em relação a participação do professor/instrutor surdo, os alunos disseram que em apenas 50% dos momentos didático-pedagógicos, esse profissional estava presente. De acordo com Rocha e Nascimento (2019), na educação de crianças e jovens surdos, é importante a presença do educador surdo em sala de aula, visto que o educador surdo tem domínio de metodologias a serem utilizadas e adaptadas, o que impulsiona o interesse dos alunos quando o conteúdo acadêmico é trabalhado por meio de estratégias visuais. “Na presença desse profissional, o ambiente linguístico se torna rico, o que permite que ele tenha melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem”(ROCHA E NASCIMENTO, 2019, p. 3).

Por fim, os alunos informaram que sentem falta dos professores e da interação com os colegas, visto que, durante o ensino remoto, muitas dúvidas são difíceis de serem esclarecidas; assim como, a conexão da internet quase sempre é ruim e dificulta a compreensão do conteúdo ministrado pelos professores. O ensino remoto traz uma maior flexibilização dos horários para a realização das atividades, porém a interação com os demais colegas e com os professores em Libras, prejudicam o processo de aprendizagem.

## 5 | CONCLUSÃO

Devido as condições adversas do mundo, ocasionadas durante a pandemia da Covid 19, as escolas precisaram repensar suas ações.

Assim, no interior das salas de atendimento educacional especializado, em especial no atendimento de alunos com surdez, essa realidade não foi diferente. Professores tiveram

que adequar seu atendimento no formato do ensino remoto, por meio de aplicativos de mensagens, videochamadas e vídeos, para atender de forma precisa, apesar das condições, os alunos.

O estudo foi uma oportunidade de conhecimento sobre como se deu o Atendimento Educacional Especializado para o público surdo, questionando-se como as aulas remotas foram elaboradas pelos professores e o alcance que tiveram com os alunos surdos e seus pontos relevantes. Também tem-se uma pequena amostra de como foram pensados os serviços da educação especial durante esse período de crise.

Em suma, percebeu-se que, apesar das adversidades, houve uma tentativa de continuação do oferecimento do serviço do AEE. Foi possível observar que os professores precisaram apresentar uma resposta rápida, bem como tiveram que reorganizar suas estratégias e metodologias de ensino, no intuito de continuarem oferecendo acompanhamento pedagógico especializado aos estudantes surdos incluídos no ensino regular comum. É sabido que esse período de pandemia trouxe para a educação atual muitos desafios. Diante disso, deve-se aproveitar esse momento para realizar debates e buscar junto aos pares propostas para uma educação inclusiva e mais colaborativa. À guisa de conclusões, destaca-se que esta pesquisa teve apenas um caráter exploratório, não se pautando em hipóteses definidas a respeito do ensino remoto e o atendimento de estudantes surdos, durante a pandemia. Buscou-se respostas, exclusivamente, junto aos professores e estudantes surdos de uma escola específica. Assim, novas pesquisas são necessárias para ampliação da discussão sobre a temática em questão.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; MACHADO, V. C. Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. Estudos de Psicologia. Campinas. abril - junho 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v33n2/0103-166X-estpsi-33-02-00261.pdf> Acesso em: 17 de fev. de 2021.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI) Nº 13.146 de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.html) Acesso em: 24 jul de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, - Brasília: MEC, SEB, 2014.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Disponível em [http://www.assistiva.com.br/Introdução\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introdução_Tecnologia_Assistiva.pdf) Acesso em 12 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm) Acesso em: 28 de Jul de 2020.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO N° 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)> Acesso em: 28 de Jul de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 14 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm).> Acesso em: 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

CASTELLS, M. A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento Educacional Especializado: A Pessoa com Surdez. Brasília: SEESP/ SEED / MEC, 2007.

HODGES, Charles et al. As Diferenças entre o Aprendizado Online e o Ensino Remoto de Emergência. Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia, Recife, v. 2, p. 1-12, abr. 2020. Disponível em: <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17/16> . Acesso em: 12 de ago. 2021.

LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos et. al. Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. 21 (Supl 2), 403-412, Maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PGF37qhRQP9HYFH5TSv89zR/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 de fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo; Hucitec, 2008.

QUADROS, Ronice. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RIBEIRO, Tiago. Leitura e escrita na educação de surdos: das políticas as práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2015.

ROCHA, D. S.; NASCIMENTO, L. C. R. Professor ou Instrutor? Reflexão sobre a Profissão do Educador Surdo. Revista Sinalizar, Goiânia, v. 4, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/59944/33943>. Acesso em: 18 de out. 2021.

ROCHA, Flavia Suheck Mateus da et. al. O Uso de Tecnologias Digitais no Processo de Ensino durante a Pandemia da CoViD-19. Interações, 16(55), 58–82. 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/20703> . Acesso em: 20 de fev. 2022.

SHIMAZAKI, Elsa Midori et. al. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> . Acesso em: 20 de fev. 2022.

VERGARA, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Água 81, 176, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Atendimento educacional especializado 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Atividades escolares 37, 58, 59, 62, 130, 148, 158

Aulas remotas 15, 40, 123, 125, 129, 130, 132

Avaliação 13, 17, 18, 19, 33, 49, 51, 52, 56, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 184, 188, 195, 197

### B

Brasil 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 22, 23, 24, 28, 30, 31, 33, 35, 42, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 66, 68, 69, 71, 75, 78, 80, 82, 84, 86, 89, 90, 109, 113, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 132, 133, 154, 164, 165, 167, 169, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 195, 196, 197, 204

### C

Contexto social e educacional 148, 162

Cotas raciais e sociais 190

### D

Diversidade cultural 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 84, 85

### E

Educação 1, 2, 4, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 148, 149, 153, 155, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 174, 180, 182, 185, 188, 190, 191, 195, 196, 197, 203, 204, 205

Educação profissional 148

Educação em prisões 87, 90, 96, 105, 106

Educação física 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 85, 86

Educação inclusiva 43, 49, 50, 52, 53, 54, 87, 132

Educação infantil 21, 32, 41, 49, 60, 63, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Educação policial militar 1

Ensino 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 41,



42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 96, 100, 103, 106, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149, 150, 153, 155, 163, 181, 182, 185, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 203, 204, 205

Ensino de Geografia 68, 74, 84

Ensino híbrido 22, 58, 64, 65, 66

Ensino remoto 12, 14, 15, 19, 25, 26, 58, 59, 63, 64, 67, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Ensino superior 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 50, 108, 193, 195, 197, 203, 205

Estudante surdo 123, 130

## **F**

Família 6, 7, 15, 32, 53, 57, 59, 64, 91, 99, 100, 104, 108, 151, 152, 155, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 183, 187

Formação 3, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 48, 50, 52, 55, 60, 62, 72, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 96, 99, 113, 115, 117, 121, 122, 126, 129, 154, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 181, 190, 203, 205

Frenteira 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

## **H**

Hibridismo 165, 166, 167, 168, 169, 177

História oral 148, 149, 163

## **I**

Inclusão 16, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 63, 75, 85, 89, 90, 103, 109, 126, 127, 128, 132, 190, 193, 196, 197, 201

Intervenção 36, 37, 39, 43, 46, 51, 54, 83

## **L**

Linguagens 28, 85, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 165, 168, 171, 176, 178, 179

Literatura infantil 165, 166, 167, 168, 169, 174, 175, 176, 179, 180

Livro ilustrado 165, 168, 169, 170, 180

## **M**

Memória 51, 64, 88, 105, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 159, 163, 164, 176, 177

Metodologias ativas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 65, 105, 181, 182, 183, 185, 188

## **O**

Objetivos sustentáveis 183, 185, 186, 188

## **P**

Pandemia 12, 14, 15, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 49, 54, 55, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 94, 104, 109, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Paraná 1, 11, 54

Políticas públicas 19, 21, 28, 30, 37, 61, 67, 78, 106, 108, 118, 190, 193, 195, 196, 197, 203

Práticas pedagógicas 12, 36, 37, 38, 51, 65, 73, 81, 82, 83, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 133

Professor 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 46, 47, 48, 52, 59, 61, 65, 66, 68, 70, 73, 76, 77, 82, 84, 114, 117, 118, 119, 121, 125, 127, 131, 133, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 205

Projeto 13, 14, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 46, 48, 61, 95, 108, 109, 119, 127, 150, 164, 170, 193

## **R**

Realidade prisional 87

Recomendações 43, 45, 49, 53

Representações 117, 150, 162, 165, 168, 174, 175, 179, 180

## **S**

Saneamento 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Socialização 7, 14, 24, 25, 32, 44, 52, 58, 87, 120, 157

Sucesso acadêmico 190

## **T**

Tecnologias de informação e comunicação 13, 36, 37, 38, 39

Tecnologias assistivas 43

## **V**

Violências 1, 3, 5

## **W**

WhatsApp 40, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 130

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atuação do estado e da sociedade civil na

# EDUCAÇÃO II



Atena  
Editora  
Ano 2022

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atuação do estado e da sociedade civil na

# EDUCAÇÃO II



**Atena**  
Editora  
Ano 2022